

### **Introdução**

Desde os anos 1990, o dinamismo e a ampliação progressiva da Economia Solidária no Brasil deram lugar a um leque amplo de mobilizações que tinham a intenção de promovê-la como alternativa de renda e de qualidade de vida, convertendo-a em objeto de crescente interesse científico. Resenhas da literatura acadêmica produzidas a respeito são ainda escassas; contudo, seja do ponto de vista da análise das orientações teóricas de tais estudos (Leite, 2009), de suas relações com temáticas afins (Lima, 2012), seja da discussão dos temas e enfoques usuais (Gaiger, 2012a), não deixaram de destacar as mútuas influências entre ideologia, política e ciência, próprias desse campo de prática e de conhecimento.

As interações entre atores sociais e analistas, por sinal, ensejaram o abrandamento gradativo do tom politizado e normativo que caracterizou os debates travados inicialmente, não apenas entre militantes, mas igualmente nos círculos acadêmicos. O avanço das práticas, por sua vez, tem acarretado demandas de conhecimentos e trazido desafios ao marco epistemológico, teórico e metodológico das ciências, agindo então como um propulsor crítico do campo científico. Estimulam-se assim a proposição de novos objetos investigativos e a discussão em torno de métodos e fronteiras disciplinares. Esse processo de construção a várias mãos ainda

se encontra desprovido de análises específicas, não obstante seja inquestionável sua atualidade, como aponta uma recente avaliação institucional das políticas públicas do governo federal (Senaes/Soltec, 2011), na qual a cooperação entre diferentes setores e atores aparece como decisiva para o avanço da Economia Solidária.

Com essa perspectiva geral, este artigo tenciona salientar alguns dos fatores que delinearão a produção de conhecimentos sobre a Economia Solidária no Brasil. Inicialmente, ao registrar como as experiências econômicas solidárias converteram-se paulatinamente em foco de atuação de inúmeras organizações civis, em itens das políticas públicas e em temas de pesquisa, enfatizam-se as relações circulares que matizam esses campos de ação e de estudos, desde suas origens.

Como pano de fundo, tem-se em vista o processo de transição democrática transcorrido no Brasil nos anos 1980 e 1990, cujos desdobramentos ainda se fazem sentir, especialmente porque engendraram um padrão complexo de relações entre a sociedade civil e o Estado (Silva e Oliveira, 2011). Nesse contexto, atores sociais diversos, como direções dos movimentos sociais, agentes de organizações não governamentais, líderes políticos e representantes governamentais, jogam papéis múltiplos, de acordo com seu campo social de origem, suas possibilidades de trânsito de um campo a outro e seus recursos de poder, materiais, simbólicos e pro-

priamente políticos. A Economia Solidária não é exceção.

A seguir, tecem-se considerações sobre as convergências e desencontros observados entre esses setores, com base na premissa sociológica de que suas formas e possibilidades de atuação decorrem não apenas da visão e da vontade política dos atores implicados, mas de peculiaridades próprias aos campos sociais em que ditos atores se situam, nos quais sofrem determinações do contexto geral e, mais profundamente, de estruturas sociais persistentes na realidade brasileira. Ao contabilizarem-se esses efeitos estruturais, os desafios enfrentados pela Economia Solidária tornam-se mais nítidos.

As últimas partes do artigo dedicam-se a perscrutar os óbices que a Economia Solidária deve enfrentar em sua trajetória como área de estudos, sejam os decorrentes da lógica de autoproteção do campo científico, sejam os derivados da imbricação entre militantismo e ciência, marca que lhe é característica. Esses vínculos, que bem contribuem para a impulsão e o reconhecimento social e científico desse campo, não isentam a prática acadêmica dos riscos tanto do idealismo quanto do ceticismo. Tampouco impedem que a força de recuperação do campo científico se manifeste, minando desde seu interior as potencialidades dialéticas disruptivas dessa prática social.

### **Origens híbridas de um novo campo de estudos**

A história da sociedade brasileira é marcada pela força persistente de profundas desigualdades econômicas, sociais e políticas, contrapostas à instauração de uma democracia inclusiva e à superação de um quadro geral de iniquidades. Malgrado tais barreiras estruturais, desde o início da transição democrática, nos anos 1980, a realida-

de política brasileira conheceu importantes mudanças, favoráveis à participação cidadã e ao reconhecimento das demandas sociais pela esfera pública e pelo aparato estatal. A partir das amplas manifestações sociais que culminaram na promulgação da “Constituição cidadã”, em 1988, têm-se visto sucessivas mobilizações coletivas que trouxeram ao cenário político atores até então relegados a um papel marginal. Entre eles, grupos e entidades empenhados em levar adiante experiências locais de organização e de defesa de interesses comuns.

Essas iniciativas apoiaram-se na solidariedade de classe e em estruturas de cunho comunitário e vicinal, contando com o suporte de instituições civis, como igrejas, ONGs e sindicatos. Elas se voltaram a temas como igualdade de direitos, qualidade de vida e geração de trabalho e renda. Inovaram, pelo fato de buscarem soluções por meio da auto-organização popular a demandas sociais, cujo atendimento esperava-se anteriormente por intermédio de pressões endereçadas à capacidade provedora do Estado. Inovaram, igualmente, ao adotarem princípios democráticos e cooperativos, em sua estrutura interna e na gestão de suas atividades econômicas.

Em seus primórdios, essas iniciativas passaram ao largo da produção acadêmica e dos temas centrais discutidos no âmbito das políticas públicas, seja devido a seu caráter circunstancial e efêmero à época, seja devido a sua presença aparentemente alheia aos embates centrais dos movimentos populares, por isso sem expressão na ótica de interpretação teórica e de atuação política preponderante. Há vinte anos, a Economia Solidária não formava um campo integrado, convergente e reconhecido publicamente em suas singularidades. Ela se resumia a uma gama indefinida de iniciativas aglutinadas em segmentos que gravitavam em órbita própria,

como projetos comunitários, bancos populares, associações de produtores rurais familiares e empresas de autogestão recuperadas pelos trabalhadores.

Os primeiros estudos sobre essas experiências resultaram da iniciativa de entidades de apoio, em certos casos em consórcio com universidades. A reflexão decorrente dessas imersões circulou em boletins e revistas de divulgação (v. g. *Proposta, Tempo e Presença, Cadernos do CEAS* e *Cadernos Cedope*), além de alguns livros e coletâneas (Cáritas Brasileira, 1995), antes de integrar a produção acadêmica em sentido estrito. Seu alvo principal foram as organizações atuantes na Economia Solidária (Souza, 1989; Rech, 1995), mas se direcionaram também ao poder público, no contexto das primeiras ações do Estado nesse campo (Gaiger *et al.*, 1999).

Com o propósito de vencer a dispersão e o isolamento das experiências, ações de intercâmbio e de integração econômica, ao lado de programas de apoio mais abrangentes, estimularam a multiplicação de agências e instituições de fomento, a implantação de políticas públicas específicas em alguns municípios e estados, e uma progressiva convergência entre as visões e métodos de atuação. Apesar da diversidade de iniciativas, ficava patente que se tratava de um campo de experiências com potencial alternativo quanto à sorte que poderia representar para os seus protagonistas diretos, merecendo assim atenção e investimentos públicos. Essa convicção foi motivada, de modo primordial, pelo desempenho de alguns empreendimentos pioneiros, ao se converterem no cerne de uma

experiência social e econômica nova, de cujo estudo originou-se o conceito de *empreendimento econômico solidário* (Gaiger, 1996), entre outros correlatos, formulados por disciplinas de diferentes áreas científicas<sup>1</sup>.

O cenário alterou-se nos anos 1990, graças à convergência progressiva entre as experiências e à importância que lhes foi gradativamente atribuída por organizações civis, por setores acadêmicos já sensibilizados e, ainda, em circunstâncias políticas já mais favoráveis, pelo poder público. A *Economia Solidária*, expressão adotada consensualmente no Brasil, passou a designar um conjunto de *práticas* referenciadas em princípios de cooperação e autogestão, um *movimento* social comprometido com a transformação social e, por fim, um *setor* constitutivo da esfera pública e da atuação do Estado.

Políticas de apoio à Economia Solidária foram implantadas inicialmente em alguns municípios, por governos situados à esquerda do espectro político – com destaque a capitais como Porto Alegre, Belém, Recife e São Paulo – estendendo-se a unidades federativas de governos conduzidos via de regra pelo Partido dos Trabalhadores, dentre eles Rio Grande do Sul, Pará, Acre e Bahia (Duboux *et al.*, 2011). Essa espiral ascendente explica por que 22 ministérios (de um total de 37) desenvolveram programas relacionados à Economia Solidária em 2011<sup>2</sup>, assim como várias outras instituições federais. Essa multiplicidade de ações motivou a criação da Rede de Gestores Públicos de Economia Solidária, para favorecer o intercâmbio e a confluência entre as políticas. Um fato mais

---

1 A introdução e adoção do termo *Economia Solidária*, com suas visões subjacentes, foi objeto de uma tese de Sociologia do conhecimento (Lechat, 2004).

2 Com destaque às políticas de saúde (Ministério da Saúde), de inclusão produtiva (Desenvolvimento Social), de reforma agrária (Desenvolvimento Agrário), de segurança e cidadania (Justiça) e, sobretudo, ao conjunto de políticas e programas da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes (Ministério do Trabalho e Emprego).

recente de extrema relevância foi a incorporação da Economia Solidária ao Programa Brasil sem Miséria, em tese, a ação transversal de governo mais abrangente da história do país, direcionada à redução das agudas iniquidades econômicas e sociais.

O papel cumprido pelos conhecimentos gerados a partir da pesquisa acadêmica e da elaboração teórica reflete-se bastante bem no enfoque subjacente ao Brasil sem Miséria. Em um plano mais geral, ele incorpora a rejeição e a superação de teses advogadas pelas Ciências Econômicas, que apontavam medidas de crescimento econômico como a melhor forma de diminuir as desigualdades, em função de um presumido efeito de ampliação da renda dos pobres, efeito que jamais se confirmou na América Latina (Kliksberg, 2002). Estudos sobre a matéria demonstraram, ao contrário, que apenas medidas redistributivas direcionadas aos setores mais pobres são capazes de reduzir significativamente as desigualdades (Medeiros, 2005). Em um plano mais específico, a estratégia do Brasil sem Miséria alinha-se com estudos sobre a natureza associativa da economia dos pobres (Abramovay, 2004), concluindo que seu fortalecimento como agentes econômicos produtivos, e não meramente como consumidores, é o caminho mais recomendado para produzir efeitos redistributivos duráveis. Pesquisas sobre os empreendimentos de Economia Solidária chegaram exatamente às mesmas conclusões, em favor de políticas públicas que fortaleçam sua condição de protagonistas econômicos (Parreiras, 2007; Gaiger, 2009), sendo essa uma das diretrizes que têm orientado as ações de fomento à Economia Solidária.

Contudo, o reconhecimento do potencial inovador da Economia Solidária não é ponto pacífico na produção acadêmica. A dúvida se instala, muitas vezes, pela necessidade, do ponto de vista da análise científica, de não se deixar entusiasmar por conclusões prematuras sobre uma realidade vicejante, mas historicamente incipiente e claramente aberta, e de tampouco recorrer a axiomas de cunho teleológico, sem valor preditivo, senão no sentido de orientar a ação (Leite, 2009). A má recepção da Economia Solidária por correntes de pensamento decorre também do fato de ela questionar premissas – algumas também de teor teleológico – e práticas científicas arraigadas, cujos pressupostos funcionalistas ou cuja insistência em situar os problemas no plano de totalidades sociais fechadas<sup>3</sup> as impedem de compreender a práxis das classes populares, ou mesmo de interessar-se por ela. Essas questões serão retomadas nas partes finais do artigo.

### **O crescimento de uma nova área acadêmica**

O campo científico, porém, não é homogêneo nem centralizado. O ceticismo de algumas áreas de conhecimento quanto à relevância da Economia Solidária como objeto de pesquisa, assim como o descrédito quanto a seu valor social e político – manifesto tanto em correntes da economia neoclássica quanto do marxismo – não a impediram de despertar interesse e granjear adeptos no campo acadêmico. Isso veio a ocorrer notadamente em instituições de pesquisa já dedicadas ao estudo do associativismo e do cooperativismo, e em universidades envolvidas com o

---

3 A falta de totalidades alternativas leva o pensamento dualista dessas abordagens a concluir que a Economia Solidária não cumpre senão um papel de integrar ao sistema econômico dominante parcelas de trabalhadores, sendo então *funcional* e, portanto, um engodo em termos de emancipação social. A desconexão entre o pensamento dos intelectuais e a práxis dos trabalhadores foi bem identificada por Souza (2000).

tema a partir da criação de *incubadoras* de empreendimentos solidários e de projetos sociais de apoio aos empreendimentos.

Uma simbiose entre ação e reflexão passou a caracterizar a produção de conhecimentos nas instituições especializadas. No âmbito universitário, um dos sintomas é a evolução temática dos grupos de pesquisa, conforme registra o Diretório de Grupos do CNPq. Em 2009, ao lado de 91 grupos de pesquisa dedicados ao cooperativismo, assunto estudado há várias décadas no Brasil, 92 grupos declinavam atividades relacionadas à Economia Solidária, mobilizando em alguns casos pesquisadores com produção científica reconhecida. Em 2011, esse total elevou-se a 130, dos quais 70 na área de Ciências Sociais Aplicadas; nas Ciências Humanas, encontravam-se 50 grupos, concentrados na Sociologia e na Educação (17 grupos cada). Em junho de 2013, o total de grupos relacionados à Economia Solidária equivalia a 152, em vantagem mais nítida sobre os grupos dedicados ao cooperativismo, que perfaziam 122.

O sistema de currículos acadêmicos do CNPq oferece outros indicadores, ao apresentar 7.256 pesquisadores vinculando sua produção científica à Economia Solidária. A Tabela 1, *infra*, compara esse segmento com áreas temáticas afins, destacando o total de pesquisadores com formação acadêmica completa (doutorado) e aqueles em posição de vanguarda em suas áreas disciplinares (Bolsistas de Produtividade do CNPq).

Mais importante é a evolução desses números. Comparando-se as cifras atuais com aquelas de dezoito meses atrás (dezembro de 2011), o número de grupos de pesquisa relacionados à Economia Solidária cresceu 32%; enquanto aqueles dedicados às Cooperativas e ao Associativismo cresceram 20%. Resultados convergentes obtêm-se nas pesquisas em repertórios da produção científica nacional, como o Portal de Periódicos da Capes e a Base *Scielo* de Periódicos Científicos: a Economia Solidária e temas relacionados mostram estabilidade ou incremento nos últimos anos<sup>4</sup>. Ao aferir o volume geral de trabalhos acadêmicos sobre a Economia Solidária, in-

**Tabela 1**  
**Perfil temático dos currículos acadêmicos**

Temas de referência	Pesquisadores	Doutores	Bolsistas de produtividade
Economia Solidária	7.256	2.239	215
Economia Solidária e Políticas Públicas	2.750	1.455	185
Cooperativas	8.850	3.131	319
Cooperativismo	7.514	2.432	212
Associativismo	3.711	1.334	178

Fonte: Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Consulta em 6 jun. 2013.

<sup>4</sup> Ambas as bases, especialmente no caso do *Scielo*, restringem-se a publicações científicas que satisfazem uma série de critérios quanto à política editorial, continuidade, periodicidade e indexação, entre outros.

dependentemente de sua classificação por critérios científicos estritos, por meio do Google Scholar<sup>5</sup>, encontraram-se 32.400 trabalhos com referências à Economia Solidária em novembro de 2011, subindo essa cifra para 42.100 em junho de 2013. Sua evolução é constante entre 2002 e 2009, com ligeiro descenso e estabilização em 2010-11.

Pode-se considerar que a produção de conhecimentos sobre a Economia Solidária assume hoje algumas das características de uma área acadêmica própria, interdisciplinar e entrelaçada a estudos sobre temáticas afins ou sobre questões mais gerais das sociedades e da realidade global. Inicialmente, o tema ingressou nas universidades graças à militância acadêmica de alguns pesquisadores, não sem enfrentar desconhecimento e descrédito. Passados vinte anos, constitui um objeto de investigações como tantos outros, em torno do qual gravitam instituições e pessoas que se reconhecem como integrantes de um círculo acadêmico peculiar, mobilizando-se em eventos científicos, publicações e pesquisas.

Estudos comparativos sobre tipos de organização ou sobre questões específicas

deram qualidade teórica e analítica a essa produção, à medida que a Economia Solidária integrou-se à agenda de pesquisa de centros de referência (Lima, 2007; Parreiras, 2007; Veronese, 2008; Hespanha e Santos, 2011; Georges e Leite, 2012) e motivaram as primeiras revisões bibliográficas sobre o assunto, já citadas. De forma promissora, uma nova geração de estudantes de mestrado e doutorado interessou-se pelo tema, com variados enfoques disciplinares, a partir dos quais estabelecem novas revisões e balanços do estado da arte. O entusiasmo e o denodo desses trabalhos terminaram por quebrar resistências e contagiar pesquisadores experientes, diante de um novo *fato social* que já não podia passar despercebido. O resultado tem sido o crescimento exponencial das dissertações de mestrado e das teses de doutorado aprovadas nos últimos anos, conforme se observa nos indicadores oficiais:

A tendência ascensional da Tabela 2 manteve-se em 2011, com um total de 115 trabalhos de mestrado ou doutorado concluídos, enquanto 99 trabalhos foram registrados em 2012. Mas a produção cientí-

**Tabela 2**  
**Dissertações e teses no Brasil sobre Economia Solidária**

Quinquênios	Dissertações	Teses	Totais	Médias anuais
1996 – 2000	30	6	36	7,2
2001 – 2005	160	35	195	39,0
2006 – 2010	307	97	404	80,8
<b>Totais</b>	<b>497</b>	<b>138</b>	<b>635</b>	—

Fonte: Diretório de Teses e Dissertações da Capes. Consulta em 6 jun. 2013.

5 O Google Scholar (<http://bit.ly/oQssof>) identifica apenas trabalhos científicos e exclui outras referências comuns na internet. Embora os números resultantes não sejam de extrema precisão, em função dos parâmetros variáveis de busca e de alguns casos de duplicação, pode-se descartar a hipótese de múltipla contagem (salvo versões diferentes do mesmo trabalho), o que confere aos resultados um valor estimativo de interesse.

fica sobre a Economia Solidária não tem se limitado às universidades. Quem pesquisa o tema, além de atribuições típicas como a docência e a orientação de trabalhos acadêmicos, usualmente atua em programas de apoio às experiências solidárias e participa dos circuitos de debate, quando não de instâncias representativas e deliberativas, como fóruns e redes; via de regra, as pesquisas desenvolvem-se em conexão com demandas provenientes dos atores, amiúde relacionadas a programas públicos que estimulam ou financiam estudos e avaliações.

O fato de a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) dispor de um Departamento de Estudos e Divulgação traduz o reconhecimento institucional quanto à necessidade de produzir conhecimento sobre uma realidade inapreensível em muitos dos seus aspectos singulares pelos instrumentos canônicos da ciência. A Senaes tem celebrado convênios e financiado projetos relacionados a levantamentos de dados, estudos, análises e divulgação de resultados. A par das agências de fomento à pesquisa, autarquias públicas também realizam ou financiam estudos, como o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), a Fundação Banco do Brasil e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

O desdobrar da Economia Solidária vem renovando os temas da agenda de pesquisa, sobretudo em questões de fundo, como o papel das experiências solidárias no contexto paradigmático do ecodesenvolvimento e o seu significado tomando por base a perspectiva da ecologia dos saberes e da poscolonialidade. As práticas impulsionam o pensamento e sugerem novos olhares, a partir do conhecimento tácito já existente ou da análise de informações mais amplas e sistemáticas.

Um dos melhores exemplos a respeito é o Mapeamento Nacional da Economia

Solidária, um esforço incomum de pesquisa com gestão participativa, conduzido pela Senaes e pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), além da participação de dezenas de entidades, com o objetivo de levantar informações sobre os empreendimentos, em todo o território nacional. Por conter uma base representativa de informações, o Mapeamento permite questionar ideias preconcebidas, a começar porque confirma a existência de um número considerável de organizações econômicas dirigidas por trabalhadores, que se associam e cooperam entre si; portanto, algo bem distinto do fenômeno das cooperativas *de fachada* e de outras estratégias patronais de aviltamento do trabalho, corretamente apontados (Lima, 2007).

Contudo, o valor essencial do Mapeamento é de ordem epistemológica: ele constitui um esforço excepcional de *escavação* do presente, de ida a bordas e interstícios recônditos da sociedade, condenados à subalternidade e ao desprezo. Nesses lugares, populações vivem em circuitos periféricos sob a ótica da economia capitalista moderna, mas de valor inestimável como repositórios de formas de vida que se alimentam da coesão social primária e a transpõem a sistemas mais amplos, sustentados na reciprocidade. Tais formas primárias de solidariedade nada têm de irrefletidas ou arbitrarias. Sedimentadas na cultura popular, cumprem funções indispensáveis no âmbito de sua racionalidade específica, indissociável da cosmovisão e do estilo de vida das populações que as cultivam. Por isso, devem ser apreendidas em seu sentido original e em suas atualizações ulteriores, e não como formas anacrônicas ou incompletas daqueles tipos de solidariedade que tomam a frente e são mais facilmente identificados com a Economia Solidária.

Assim, *novas* categorias sociais – embora em verdade sejam ancestrais – *chegam* à

Economia Solidária: pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas, povos indígenas, seringueiros e outras populações autóctones apresentam-se em cena, multiplicam frentes de organização e pressionam por inovações nas políticas públicas. O fato é ilustrado pela Rede Solidária da Pesca, que abarca empreendimentos dentre os mais antigos identificados pelo Mapeamento, de iniciativa de pescadores artesanais. Outro caso notório é a inclusão nas políticas públicas de povos tradicionais (quilombolas, ribeirinhos, pescadores e outros) e de categorias sociais específicas (mulheres, beneficiários de programas sociais, jovens em situação de risco, pessoas com deficiência ou transtorno mental), à medida que o Mapeamento e estudos sucessivos acusaram sua existência e sua relevância, efetiva ou potencial, para a Economia Solidária. De todo modo, vinculadas ou não à Economia Solidária, essas categorias sociais têm galvanizado a atenção da academia, em grupos de trabalhos de sociedades científicas ou em encontros temáticos específicos.

### **Estrutural social e assimetria entre atores**

Esse fenômeno de ingresso na agenda social é uma constante na transição democrática do Brasil das últimas duas décadas, período em que se sucederam novas iniciativas de base, organizações representativas e protagonistas; entre eles, precisamente, os empreendedores populares, militantes civis e *policy makers* da Economia Solidária (Gaiger, 2012b). As formas de aproximação e articulação entre as iniciativas de base da Economia Solidária, os movimentos sociais e o Estado, são múltiplas e multidirecionais, mas se deparam com problemas herdados de uma cultura política forjada por uma história de iniquidades sociais e por elitismo. Se as organizações representativas

deixam de acompanhar a dinâmica social de ampliação e inovação das iniciativas de base, compromete-se o seu papel de porta-voz e mutila-se a sua legitimidade. Esse processo instituinte, ademais, tende a sofrer influências crescentes de fatores político-ideológicos, ligados a disputas em torno das representações simbólicas e de recursos de poder, cujo desfecho repercute seletivamente sobre as linhas propulsoras do movimento social e afeta tanto a sua base de experiências quanto a orientação e a eficiência das políticas públicas derivadas da ação organizada dos atores sociais.

Como viabilizar processos democráticos perante uma estrutura social que historicamente promoveu a desigualdade social e política e na qual as ações se sustentam e se desdobram? A desatenção aos efeitos da estrutura social talvez explique um paradoxo. De um lado, os avanços manifestos pelos empreendimentos econômicos solidários, pelo conjunto das organizações de apoio, pelas políticas públicas e pelo campo acadêmico são saudados no dia a dia e justificadamente enaltecidos como fruto de esforços conjuntos. Os fatos e as cifras já aludidos deixam pouca margem à dúvida: os últimos vinte anos transformaram a face da Economia Solidária no Brasil indelevelmente, o que se reflete em particular na sua incorporação à agenda pública. De outro lado, queixas recíprocas se sucedem: aos empreendimentos, aos seus dispositivos de representação e às suas organizações *ad hoc*, no sentido de garantirem processos deliberativos democráticos e eficazes; ao Estado, para que acolha as demandas populares e assegure recursos contínuos e condizentes, com presteza e eficiência; à academia, para que seus compromissos sejam regulares e constantes, em ritmo adequado à dinâmica premente da Economia Solidária. Mesmo cientes da grande importância de suas realizações conjuntas, os ato-

res sociais experimentam, ao mesmo tempo, bem-estar e mal-estar.

No caso do Estado, as queixas dirigem-se principalmente à insuficiência de recursos e à morosidade na efetivação das ações de apoio político, técnico ou financeiro. A lentidão da máquina estatal até certo ponto é tributável à conhecida morosidade do aparelho burocrático no Brasil e à indiferença ou desinteresse do funcionalismo público encarregado de movimentá-lo. Contudo, os numerosos controles e trâmites estatais, que impõem uma série de condicionalidades e normalmente atrasam as ações-fim do governo, constituem um mecanismo inevitável, embora insuficiente, para garantir o correto uso dos recursos públicos; desse ponto de vista, constituem um dispositivo democrático vital a um país ainda desprovido de princípios republicanos elementares, o que a todo instante dá margem à apropriação privada dos bens públicos.

Ademais, nos últimos dez anos as concepções e prioridades de governo têm resultado de um debate interno constante, entre frações do Partido dos Trabalhadores, principal força dirigente, e os demais integrantes da ampla coalizão política formada para assegurar a governabilidade, ao preço de dificuldades permanentes para manter coerência mínima e continuidade nas políticas públicas. Essa sistemática de acordos, com vistas à geração de consensos ao menos temporários, é exercida também em relação à sociedade civil, o que implica negociações complexas e demoradas, uma vez que a interlocução dos atores sociais com o governo envolve sucessivas consultas aos segmentos sociais que representam, os quais fazem valer o seu poder de barganha, de censura, ou mesmo de embargo às propostas de governo.

Portanto, a lentidão do Estado tem a ver em boa medida com a complexidade intrínseca dos processos deliberativos democráti-

cos e, no caso brasileiro, com as profundas assimetrias sociais e políticas, que mantêm tais procedimentos frágeis e vulneráveis a desvirtuamentos (Miranda, 2011). No campo da Economia Solidária, essas assimetrias encerram um agravante, uma vez que o protagonismo dos empreendedores populares se vê constantemente ameaçado, ou adiado, pela intromissão de agentes mediadores vinculados a organizações civis e agremiações políticas que há muito deixaram o seu papel de *assessoria orgânica* aos movimentos populares e passaram a disputar espaços e recursos de poder em nome próprio, reivindicando igualdade de condições. Uma igualdade impossível, mesmo em aparência, uma vez que tais agentes e suas organizações, salvo exceções, atuam conforme diretivas e estratégias institucionais próprias, sendo-lhes facultado, conforme as circunstâncias, priorizar, preterir ou simplesmente deixar de lado a Economia Solidária.

Tais organizações se caracterizam precisamente por seu trânsito particular entre distintos campos sociais e o campo político. As diferenças não encobrem apenas visões, mas *posições sociais*, dissimuladas pelos agentes mediadores como estratégia de legitimação na arena de disputas da Economia Solidária, para a qual dispõem de condições objetivas diametralmente opostas e notoriamente vantajosas em relação aos empreendedores populares. Entre elas, o recurso habitual de estender indefinidamente os processos deliberativos, a pretexto de garantir sua natureza democrática, não obstante essas postergações terminem por alijar os atores populares ou gerar impasses estagnantes, que imobilizam o movimento social e o próprio governo.

Supor que haja paridade política entre agentes de mediação e empreendedores significa esquecer que, em sociedades marcadas pelo dualismo estrutural, o intelectual é irremediavelmente externo e estranho às clas-

ses populares (Martins, 1993), ficando sua eficiência dependente de condições prévias relacionadas às experiências e disposições do público-alvo (Gaiger, 2006). Desconexões dessa ordem costumadamente abrem caminho à imposição de visões e estratégias distantes da práxis e das demandas populares (Souza, 2000). Reconhecer essas assimetrias e esses riscos é necessário para um agir político consequente, em favor de um processo efetivo e duradouro de construção conjunta de saberes e práticas. Diante disso, a pesquisa acadêmica tem uma grande responsabilidade, mas as chances de exercê-la dependem das singularidades do campo científico no Brasil, nem sempre favoráveis.

### **O conservadorismo científico**

Uma parcela dos reclamos dirigidos pelos atores sociais aos acadêmicos, cobrando-lhes maior compromisso, origina-se do desconhecimento do fato de que as instituições acadêmicas não podem fugir, senão excepcionalmente, às regras coercitivas estabelecidas pelo campo universitário e científico, isto é, por aquilo que o constitui como um sistema próprio, dotado de reconhecimento e prestígio, dos quais emana a legitimidade de cada um dos seus agentes singulares. Um motivo suficiente para que os estudiosos da Economia Solidária não possam se voltar inteiramente para ela e necessitem de tempo para elucidar problemas sociais, simples em aparência, visto ser-lhes inevitável converter tais problemas em questões de conhecimento, distintas do prisma e da necessidade de respostas peculiares aos atores sociais. A expectativa desses últimos, de *resolução* dos problemas, choca-se a todo instante com o seu inverso, isto é, com o imperativo de *problematização* que caracteriza a prática científica.

O caso das Ciências Sociais é emblemático, pois uma de suas primeiras dificulda-

des reside precisamente no fato de que seus objetos são definidos antecipadamente nos termos da práxis social, segundo categorias do senso prático, que lida com noções derivadas das condições e necessidades de ação, funcionando desse ponto de vista como evidências inquestionáveis. A fixação social dessas formas de entendimento, como sabemos, resulta das disputas travadas em função de interesses, estratégias e recursos de poder dos atores sociais implicados, não de sua superioridade intrínseca ou de sua maior correspondência à realidade. A principal consequência, tanto mais incontornável quando imperceptível, é a imposição de sistemas normativos e classificatórios de indivíduos e fatos, de sorte que a primeira tarefa das Ciências Sociais consiste em examinar o processo social de gênese dos problemas sociais e das definições e designações que os tornam legitimamente reconhecidos.

Romper com as visões construídas do mundo social é mais difícil quando elas recebem a caução da autoridade do Estado e da própria ciência. Mas trata-se de uma tarefa primordial, para impedir que a influência das categorias dominantes da práxis social sobre a formulação dos problemas científicos seja aceita passivamente, apoiada na crença pública no desinteresse da ciência por tudo que não seja a verdade. Por certo, essa presença dissimulada é o que tem elevado certos discursos reducionistas sobre o mundo social à condição de juízos irrefutáveis, a exemplo da concepção utilitarista reinante sobre o econômico (Coraggio, 2009) e sobre a própria ciência econômica (Sen, 1999).

Assim, importa se livrar de toda percepção imaculada da ciência, que a vê como uma atividade inteiramente movida por altruísmo e vocacionada retamente para o saber e o bem comum. Mas, ainda que o trabalho científico seja devidamente compreendido como parte de um jogo de poder

e se tenham expectativas mais realistas, dilemas se apresentam quando a prática científica cessa de se voltar reflexivamente sobre si mesma e de se interrogar sobre o que deixa de reconhecer e apreender da realidade social. Nesse particular, quanto a alargar seus horizontes e renovar seus instrumentos, a estrutura do campo científico no Brasil é conservadora e mostra-se refratária a inovações a respeito das questões de conhecimento relevantes, a questionamentos de práticas consagradas e a ultrapassagens das fronteiras em que as dissensões científicas são legítimas e admissíveis.

Uma razão dessa tendência estrutural é a centralidade assumida pelos problemas internos de constituição das áreas de saber científico, aceita em nome do seu aprimoramento constante – na verdade, infundável – fato que em última instância reflete uma das regras basilares do campo, segundo a qual o capital científico, buscado sob a forma de prestígio e notoriedade, requer que se ultrapassem continuamente os predecessores e os estados anteriores da ciência (Bourdieu, 1976). A produção acadêmica no Brasil, ciosa de reconhecimento científico, ocupada em recuperar seu *atraso* diante das nações de *ciência avançada*, sente-se compelida a se dirigir precipuamente aos pares, relegando as iniciativas de vulgarização a um segundo plano ou ao desprezo.

Nas atuais circunstâncias, uma contradição aguda afeta a quase totalidade das áreas científicas: projetos de pesquisa em parceria com atores sociais, em atendimento a demandas concretas e visando a transferência e aplicabilidade dos resultados obtidos, são estimulados pela ampla maioria de programas

e fundos de apoio. No entanto, salvo exceções, a produção intelectual vinculada a esses propósitos é considerada inferior à produção científica em sentido estrito, à qual o pesquisador necessita se dedicar prioritariamente, quando não exclusivamente, para se manter competitivo<sup>6</sup>. Ficam, assim, constantemente valorizados os centros de prestígio, titulares da tradição e comprometidos com os circuitos reprodutivos do campo já instaurados. A permeabilidade à inovação, ou o simples interesse por temas emergentes, torna-se a princípio inversamente proporcional à quota de poder científico que se possui. A seu turno, os intentos originados na periferia do campo ficam à mercê de pressões por seu enquadramento nas problemáticas e óticas teóricas e conceituais dominantes, sob a pena de não científicidade.

Um motivo adicional de resistência do campo acadêmico a mudanças decorre dos critérios de reconhecimento da autoridade científica, pelos quais se acumula o conhecimento, se organiza o saber e se forma o capital cultural e simbólico dos pesquisadores. Em observância a padrões hoje universais, cabe aos líderes expoentes das áreas científicas encarregarem-se da sua organização e do seu incremento, definindo conceitos, prioridades e programas, os quais são traduzidos a seguir em modalidades de apoio e financiamento, mediante processos seletivos em conformidade com os parâmetros vigentes. Muito embora a essas regras se adicione amiúde o princípio de estimular novos pesquisadores e, sobretudo, sejam encorajadas as iniciativas *inovadoras*, o ingresso de novos concorrentes é fatalmente limitado.

É que, mesmo nos casos em que se objetivam inovações – hoje uma insistên-

---

6 De acordo com o atual sistema nacional de avaliação, as iniciativas de divulgação científica destinada ao grande público, consideradas *grosso modo* como *Produção técnica*, correspondem a um pequeno percentual da pontuação atribuível aos programas de pós-graduação e pesquisa.

cia onipresente nos editais de fomento à pesquisa no Brasil – os requisitos de experiência científica e de reconhecimento prévio prevalecem com larga vantagem, justamente em um período em que o número de candidatos a entrar no campo científico aumenta em ritmo bem superior à ampliação de vagas e recursos. Assim, os novatos acederão por um longo tempo apenas a recursos de pequena monta, sem viabilizarem pesquisas de envergadura e de impacto, até que deixem de ser novatos. Para isso, precisarão se adequar às regras da comunidade científica e se dedicar longamente ao trabalho interno de construção de suas respectivas áreas de conhecimento. Ademais, embora os discursos oficiais do campo enalteçam as novas perspectivas disciplinares, ao novato tampouco é recomendável transitar entre áreas científicas além de certos limites, ou investir em frentes de trabalho interdisciplinar<sup>7</sup>.

Com tais procedimentos, e estando igualmente submetida a controles burocráticos, a pesquisa científica no Brasil segue seus ritmos. Fatalmente, entra em descompasso com as demandas dos atores sociais e das políticas públicas, que também se configuram no bojo de demorados processos deliberativos, tudo isto redundando em desencontros e frustrações, nem sempre compensadas com as conquistas e os avanços esperados na Economia Solidária. Nesse estado de coisas, interfere ainda um terceiro fator, atinente às relações entre ciência, teoria e política, que motiva algumas vozes altissonantes das Ciências Sociais no Brasil a não dar maior crédito aos estudos sobre a Economia Solidária, por serem *militantes*.

## O preço do compromisso social

Sabe-se que as nuances e variações registradas na história das Ciências Sociais não ocultam quanto seu desenvolvimento se deveu a motivações políticas e a engajamentos concretos, justificados pelo entendimento de que a essas ciências, em particular, não cabe o pretexto fictício da neutralidade: sua tarefa de elucidar os mecanismos de preservação da ordem social, dos quais o ocultamento é um dos mais eficientes, compele-as a se constituírem cientificamente tomando partido na luta política. De forma mais nítida do que em outras disciplinas, as Ciências Sociais ganham impulsão em referenciais metacientíficos.

Bem entendido, o militantismo desavisado aumenta a exposição do pesquisador aos riscos de assimilação acrítica da práxis social, com a qual se erigem os problemas e se adotam as categorias construídas para nomeá-los e dar-lhe sentido. Ocorre que, em um plano mais geral, as relações entre ciência e política são ambíguas. Os arcaísmos teóricos de referência – como é nítido na Sociologia – possuem vínculos históricos de parentesco com as ideologias políticas modernas e mantêm com elas afinidades paradigmáticas evidentes (Bajoit, 1992). Assim, as grandes questões sociais, a que as ideologias buscam responder no plano político, correspondem aos problemas centrais das principais vertentes sociológicas. Seus respectivos desenvolvimentos aportam quadros teóricos não apenas explanatórios, por conterem chaves de entendimento da realidade social, mas heurísticos, ao selecionarem e ordenarem as questões mestras a serem investigadas na realidade social. Em cada caso, sedimentou-

---

7 Publicações realizadas em outras áreas de conhecimento, no lugar de merecer estímulo por seu caráter expedicionário, pelo fato de romperem fronteiras, são encaradas como estratégias de fuga do rigor científico vigente no campo de origem do pesquisador, ficando inibidas ou mesmo censuradas. O fato se reflete no modo como cada área científica pontua – quase invariavelmente *para menos* – a produção científica das demais.

-se uma tradição sociológica, cuja influência reflete-se na escolha de certos problemas ou prismas de pesquisa, congruentes com o senso comum erudito correlato.

Por conseguinte, é plausível imaginar que parte das objeções científicas à Economia Solidária não se deva a seu militandismo *em geral*, mas a seu militandismo *particular*, que destoa do viés teórico e ideológico dominante no trato das questões relacionadas à dinâmica do capitalismo. Segundo as abordagens correntes sobre as formas de resistência dos trabalhadores à ordem do capital, negociar as condições de venda da força de trabalho, buscando melhorar a condição de classe dos assalariados por via de pressões coletivas, historicamente à raiz das lutas sindicais e da consciência operária, constitui o grande objeto de interesse, quiçá o único para determinados enfoques das Ciências Sociais. Essa convicção de que apenas o *front* de classes é portador de sentidos emancipatórios não se abalou, mesmo diante das reiteradas manifestações do caráter reformista do proletariado (Gorender, 1999).

A Economia Solidária não despreza essa estratégia, mas a teoriza a partir de uma visão crítica destoante do seu exclusivismo e de sua entronização pelo *mainstream* das Ciências Sociais. Seus estudos ocupam-se primordialmente de uma alternativa de resistência e contestação dos trabalhadores, também recorrente na história, que consistiu em manter ou criar fontes de trabalho e sistemas de vida próprios, visando preservar, tanto quanto possível, algum grau de autonomia de classe. Seus intentos investigativos encontram resistência porque contradizem a *doxa* científica, mesmo a que se reclama de revolucionárias tradições teóricas, porque se debruçam sobre o que, à primeira vista, parece indigno de nota, embora seja muitas vezes o que permite o progresso da ciência, como lembra H. Becker (2007, p. 131).

De outra parte, se a Economia Solidária tem sido trazida da periferia para o centro da academia com essa expectativa, convém atentar para os possíveis desdobramentos desses movimentos a partir das margens, evitando-se conclusões prematuras. É certo que os cientistas novatos têm menos a perder e dispõem de mais tempo para a acumulação de capital científico, estando estimulados a romper com a expectativa ortodoxa de sucederem aos cientistas consagrados e a transgredir as regras e fronteiras aceitas, o que pode culminar em inovações disruptivas na prática científica. Contudo, tais contestações podem funcionar, de modo premeditado ou intuitivamente – assim prenunciando uma assimilação em marcha do *ethos* acadêmico –, como estratégia de futura integração, levando consigo o bônus da independência intelectual e da originalidade, marcas indelévels e sustentáculos das hierarquias do campo científico.

Os mecanismos de reprodução desse último são sutis, poderosos e ambivalentes. Deles depende o grau de autarquia e de independência do campo, ao mesmo tempo que dão suporte à autoridade científica. Se suas regras internas sofrem o efeito multiplicador de fatores homólogos externos ao campo, do que não faltam exemplos no Brasil, a prática científica é levada a reproduzir a lógica de concentração do saber e do poder vigentes na sociedade. Longe de ser instantânea ou depender do grau de vontade das partes envolvidas, a resolução desses dilemas nada tem de simples e imediata.

De modo geral, os efeitos mais dramáticos da estrutura social, acima apontados, podem ser evitados à medida que a compreensão da Economia Solidária mantenha-se crítica e fundamentada, distanciando-se metodologicamente do imediatismo corrente e lançando mão de conhecimentos especializados, de modo a objetivar as práticas sociais.

Para o ativista, o agente de organizações e o gestor da política pública, um desafio fulcral consiste em não confundir ideologia e processo histórico e, sem maiores considerações, sobrepor seus projetos políticos às experiências, classificadas categoricamente conforme seu alinhamento com aquelas convicções. Além de estar obviamente sujeito a graves erros de juízo, esse procedimento desloca as atenções das práticas sociais, em sua concretude e em sua riqueza experiencial, para os problemas típicos da superestrutura, na

qual pontificam os intelectuais e os agentes mediadores, em prejuízo do protagonismo popular. Como medidas preventivas, requerem-se uma gestão participativa em permanência das políticas públicas e imersões sucessivas no chão das experiências. Nisso, a contribuição da ciência é inestimável, desde que seus processos internos de constituição e validação do conhecimento não a encerrem em circuitos reiterativos, de cristalização antidialética de seus instrumentos teóricos, conceituais e metodológicos.

### Bibliografia

- ABRAMOVAY, Ricardo (org.) (2004). *Laços financeiros na luta contra a pobreza*. São Paulo: Annablume.
- BAJOIT, Guy (1992). *Pour une sociologie relationnelle*. Paris: PUF.
- BECKER, Howard (2007). *Segredos e truques da pesquisa*. Trad. Maria X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar.
- BOURDIEU, Pierre (1976). "Le champ scientifique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 2/3, p. 88-104.
- CÁRITAS Brasileira (1995). *Sobrevivência e cidadania; avaliação qualitativa dos projetos alternativos comunitários da Caritas Brasileira*. Brasília: UNB.
- CORAGGIO, José Luis (org.) (2009). *¿Qué es lo económico? Materiales para un debate necesario contra el fatalismo*. Buenos Aires: Ciccus.
- DUBEUX, Ana *et al.* (2011). *Estudio de casos brasileiros. La dinámica de relaciones entre los foros de economía solidaria y las políticas públicas para la economía solidaria en Brasil*. Montréal: Chantier de l'Économie Sociale.
- GAIGER, Luiz (2006). "Economia solidária e o espaço público: algumas observações sobre o papel dos agentes mediadores". In: FRANÇA Filho, Genauto *et al.* (orgs.). *Ação pública e economia solidária; uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: UFRGS. p. 223-235.
- \_\_\_\_\_. (2007). "A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do Primeiro Mapeamento Nacional no Brasil". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 79, p. 57-77.
- \_\_\_\_\_. (2009). "A associação econômica dos pobres como via de combate às desigualdades". *Revista Caderno CRH*, v. 22, n. 57, p. 563-580.
- \_\_\_\_\_. (2011). "Posfácio: contribuições para uma agenda de pesquisa". In: HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline (orgs.). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina. p. 237-255.
- \_\_\_\_\_. (2012a). "Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a Economia Solidária". *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 313-335.
- \_\_\_\_\_. (2012b). "A presença política da Economia Solidária. Considerações a partir o primeiro mapeamento nacional". In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume. p. 289-321.

- GAIGER, Luiz *et al.* (1999). *A economia solidária no RS: viabilidade e perspectivas*. São Leopoldo: Unisinos. (Cadernos Cedope 15 – Série Movimentos Sociais e Cultura).
- GAIGER, Luiz (org.) (1996). *Formas de resistência e de combate à pobreza*. São Leopoldo: Unisinos.
- GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (orgs.) (2012). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume.
- GORENDER, Jacob (1999). *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática.
- HESPANHA, Pedro; SANTOS, Aline (orgs.) (2011). *Economia solidária: questões teóricas e epistemológicas*. Coimbra: Almedina.
- KLIKSBERG, Bernardo (2002). *Desigualdade na América Latina: o debate adiado*. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. 3. ed. São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco.
- LECHAT, Noëlle (2004). *Trajéórias intelectuais e o campo da economia solidária no Brasil*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- LEITE, Márcia (2009). “A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 69, p. 31-51.
- LIMA, Jacob (org.) (2007). *Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado*. São Paulo: Annablume.
- LIMA, Jacob (2012). “Cooperativas, trabalho associado, autogestão e economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil”. In: GEORGES, Isabel; LEITE, Márcia (orgs.). *Novas configurações do trabalho e economia solidária*. São Paulo: Annablume. p. 195-221.
- MARTINS, José de Souza (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec.
- MEDEIROS, Marcelo (2005). *O que faz os ricos, ricos. O outro lado da desigualdade brasileira*. São Paulo: Hucitec/Anpocs.
- MIRANDA, Daniela (2011). *A democracia dialógica: uma análise das iniciativas da Economia Solidária*. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unisinos, São Leopoldo, RS.
- PARREIRAS, Luiz (2007). *Negócios solidários em cadeias produtivas*. Rio de Janeiro: Ipea/Anpec.
- RECH, Daniel (1995). *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: Fase.
- SEN, Amartya (1999). *L'Économie est une science morale*. Paris: La Découverte.
- SENAES/SOLTEC [Secretaria Nacional de Economia Solidária/Núcleo de Solidariedade Técnica – UFRJ] (2011). *Avanços e desafios para as políticas públicas de Economia Solidária no Governo Federal – 2002-2010*. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego.
- SILVA, Marcelo; OLIVEIRA, Gérson (2011). “A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento: uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul”. *Sociologias*, v. 13, n. 28, p. 83-124.
- SOUZA, Cleide (1989). “Projetos econômicos: ponto de fissão entre agências e organizações do movimento popular”. *Cadernos do CEAS*, n. 120, p. 44-54.
- SOUZA, Luiz Alberto (2000). “Um país dinâmico, um pensamento claudicante”. *Estudos Avançados*, v. 14, n. 40, p. 77-90.
- VERONESE, Marília (2008). *Psicologia social e economia solidária*. São Paulo: Ideias & Letras.

Artigo recebido em 4/3/2013

Aprovado em 6/6/2013

## Resumo

*Práticas sociais e conhecimento acadêmico no campo da Economia Solidária*

O artigo discorre sobre a constituição do campo da Economia Solidária no Brasil, examinando alguns de seus vetores constituintes. Sublinha como a pesquisa tem sido um fator de reconhecimento e impulsão da Economia Solidária, enquanto o avançar das práticas tem gerado demandas de conhecimento e proposto desafios ao marco epistemológico, teórico e metodológico das ciências, atuando assim como um elemento propulsor do campo científico. Contabilizando os efeitos assimétricos da estrutura social e dos campos específicos em que os atores da Economia Solidária se posicionam, identifica os óbices que esta deve enfrentar em sua trajetória como área de estudos. A imbricação entre militância e ciência não impede que a força de recuperação do campo científico se manifeste, com chances de minar de seu interior as potencialidades disruptivas dessa prática social.

**Palavras-chave:** Brasil; Campo científico; Economia Solidária; Estrutura social; Políticas públicas.

## Abstract

*Social Practices and Academic knowledge on the field of Solidary Economy*

The article discusses the formation of the field of Solidary Economy in Brazil, examining some of its constituent vectors. It emphasizes how research has been a factor of recognition and thrust for the solidary economy, while the advancement of practices has generated demands for knowledge and new challenges for the sciences' epistemological, theoretical and methodological frameworks, thus acting as a driving element for the scientific field. Accounting for the asymmetric effects of the social structure and the specific contexts in which are positioned the actors of the solidary economy, it identifies the obstacles that must be faced by this field of studies in order to keep growing. The overlapping between activist practices and science does not prevent the recovery forces of the scientific field to manifest, with chances of undermining, from its interior, the disruptive potential of these social practices.

**Keywords:** Brazil; Scientific field; Solidary Economy; Social structure; Public policies.

## Résumé

*Pratiques sociales et savoir académique dans le domaine de l'économie solidaire*

L'article aborde la mise en place de l'économie solidaire au Brésil, en examinant certains de ses vecteurs constitutifs. Il décrit le rôle de la recherche comme un facteur de reconnaissance et d'impulsion de l'économie solidaire, tandis que le développement de sa mise en place produit des demandes de savoir et des défis face au cadre épistémologique, théorique et méthodologique des sciences, agissant ainsi comme un élément propulseur du domaine scientifique. La comptabilisation des effets asymétriques de la structure sociale et des domaines spécifiques dans lesquels les acteurs de l'économie solidaire se positionnent permet l'identification des obstacles auxquels elle doit faire face par rapport à son avenir en tant que domaine d'études. Le chevauchement entre le militantisme et la science n'empêche pas la manifestation de la force de récupération du domaine scientifique, avec la possibilité de détruire les potentialités disruptives de cette pratique sociale.

**Mots-clés:** Brésil; Domaine scientifique; Économie solidaire; Structure sociale; Politiques publiques.